



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 03/08/2023
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
ANDRE FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA	OUVIDOR AGRÁRIO ADJUNTO	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
DAVID JACOB BASTOS	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE GOMES	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	ONLINE
IBRAIM ROCHA	PGE	PRESENCIAL
RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
MARCOS WAGNER	DPU	PRESENCIAL
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	SPU	PRESENCIAL
VANDERSOM QUARESMA	CODEM	PRESENCIAL
JESSICA MACIEL	CREA-PA	PRESENCIAL
MILIE KLAUTAU	COHAB	PRESENCIAL
ELIANA ZACCA	FAEPA	PRESENCIAL
MARIO SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL

GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
FLAVIO RICARDO AZEVEDO	ITERPA	ONLINE
CAROLINA ARAUJO	INCRA	PRESENCIAL
GEANLUCA ALVES	FAMEP	PRESENCIAL
WAGNER MACHADO	SECRETARIA DAS CIDADES	PRESENCIAL
CLAUDIA MACEDO	URBE-AMAZONIA/FAMEP	ONLINE
DANILO ROCHA	PROCURADOR MUNICÍPIO ANANINDEUA	PRESENCIAL
FLAVIA SILVA	DIRETORA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA SEHAB	PRESENCIAL
ADRIANA MEZZOMO	PROCURADORA MUNICÍPIO BREU BRANCO	ONLINE
SANDRA ALVES	SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE MARITUBA	PRESENCIAL
LAISSA ANDRADE	PROSAP - PREFEITURA PARAUPEBAS	ONLINE
RAFAEL ALVAREZ	CARTÓRIO ANANINDEUA	ONLINE
CAROLINE ALVES BRANT	TITULAR DO CARTÓRIO DE GOIANESIA DO PARÁ	ONLINE
ETELVANA JACOVACCI	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
GUSTAVO MAFRA	SECRETARIA DE HABITAÇÃO - ALTAMIRA	ONLINE
FABIOLA BARATA	CHEFE DE GABINETE DA CGJ	PRESENCIAL
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIARIO - SECRETÁRIA DA REUNIÃO	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIARIO	PRESENCIAL

ASSUNTOS DISCUTIDOS

1. Apresentação da ata da reunião do dia 26.06.2023
2. Devolutiva sobre as deliberações da reunião do dia 26.06.2023 (PJECor 0001278-43.2023.2.00.0814):
 - 2.1 - formalização pelo município de Ananindeua, sobre a dificuldade de acesso ao SPU - não identificada

- 2.2 – oficiar ao Conselho Nacional de Justiça sobre a dificuldade de interlocução com o SPU – cumprido, tanto por ofício quanto em reunião;
- 2.3 – formalização, pelo município de Altamira de sobreposição de áreas federais
- 2.4 – integração dos dados de shapefile de Altamira com o Mapae com o Iterpa
- 2.5 - estabelecimento de interlocução entre ITERPA e Município de Altamira para fins de cessão do sistema SICARF – Módulo REURB, via Acordo de Cooperação Técnica
- 2.6 estabelecimento de interlocução, pela Federação dos Municípios, para a formação de consórcio entre municípios, a fim de que as informações de georreferenciamento sejam compartilhadas em base única, para diminuir as sobreposições;
- 2.7 – disponibilização de banco de dados de profissionais aptos a fazer georreferenciamento, de divulgação ampla, pelo CREA
- 2.8 - compartilhamento de informações sobre a padronização de critérios e peças técnicas alusivos ao georreferenciamento – feito
- 2.9 - estabelecimento de interlocução entre SEMAS e ANOREG para o fim de propiciar, alternativamente: MAPA disponibilizar interface para SEMAS, via api, para que saiba o status e possa validar o CAR, nos limites disciplinados pela LGPD ou possibilitar que a SEMAS possa obter, de forma automatizada, a certidão digital, via sistema SAEC, no prazo de 4 (quatro) horas, para que a SEMAS tenha conhecimento dos dados técnicos que viabilizem a validação dos dados que lhe são apresentados
- 3. Interlocução entre o Município de Ananindeua com o INCRA e SPU para assentamento de refugiados;
- 4. Análise da integração do ITERPA ao MAPA;
- 5. Apresentação dos Termos de Cooperação Técnica celebrados com os municípios de Altamira, Ananindeua, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Marituba, Parauapebas e ITERPA e SEIRDH e previsão de títulos a serem registrados na semana do solo seguro;
- 6. Programação Semana Solo Seguro e apresentação da logo marca do projeto Regularizar
- 8. O que ocorrer

<p>PONTOS LEVANTADOS E DECISÕES TOMADAS:</p>	<p>A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 09H15.</p> <p>DISCUSSÕES/DEBATES:</p> <p><u>O DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO:</u> DEU A BOA VINDA A TODOS OS PRESENTES E ESCLARECEU QUE AS AUSÊNCIAS DOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES ESTADUAIS IDENTIFICADAS ATÉ O MOMENTO DEVEM-SE AO EVENTO DA CUPULA AMBIENTAL MARCADO NA CIDADE DE BELÉM. PASSOU A PALAVRA AO JUIZ CORREGEDOR LUCIO GUERREIRO PARA APRESENTAÇÃO DOS ITENS DA PAUTA.</p>
--	---



LUCIO GUERREIRO – CGJ – INICIOU A APRESENTAÇÃO DOS ITENS DA PAUTA, PELO ITEM 2.1 QUE TRATA DA DIFICULDADE DE ACESSO, PELA PREFEITURA DE ANANINDEUA, AO SPU.

MARCOS SOUZA- SPU – INFORMOU QUE TOMOU POSSE NA SUPERINTENDENCIA EM 29.07.2023 E ASSIM QUE TOMOU CONHECIMENTO DA PROBLEMÁTICA RELATADA, ADOTOU PROVIDENCIAS PARA ACELERAR A TRAMITAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA DE ANANINDEUA

LUCIO GUERREIRO – CGJ – REQUEREU QUE A SPU EXPUSESSE SOBRE O AVANÇO E O ENCAMINHAMENTO DAS TRATATIVAS DE ASSENTAMENTO DE REFUGIADOS DA ILHA DE SASSUNEMA, EM ANANINDEUA

MARCOS SOUZA – SPU – ENTENDEU SER GRAVE O RELATO DE ATRASO NA FALTA DE CONTATO COM O ÓRGÃO, ENTENDE QUE NÃO DEVE HAVER ESSA DIFICULDADE DE INTERLOCUÇÃO INTERINSTITUCIONAL E UMA DAS PRIMEIRAS PROVIDENCIAS ADOTADAS POR ELE FOI EVITAR ESSE TIPO DE SITUAÇÃO. APÓS, FOI ELABORADA NOTA TECNICA PELO SETOR DE CARACTERIZAÇÃO. FOI ELABORADO UM ESTUDO E FOI DECLARADO QUE A ÁREA É, EFETIVAMENTE, PERTENCE À UNIÃO. SOLICITA INFORMAÇÕES DA PREFEITURA DE ANANINDEUA PARA SABER SE PERSISTE O INTERESSE NA DILIGENCIA, E, SENDO ASSIM, É NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO, MEMORIAL DESCRITIVO, CADASTRO DE FAMILIAS A SEREM ASSENTADAS ENTRE OUTROS. E COMPROMETEU-SE COM A AGILIZAR.

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – FOI ENCAMINHADO A SPU, EM FEVEREIRO DE 2023, A LISTA DE FAMILIAS A SEREM ASSENTADAS, COM O LEVANTAMENTO TECNICO DA ILHA.

MARCOS SOUZA- INFORMOU QUE NÃO TEM A DOCUMANTAÇÃO COMPLETA MENCIONADA, POIS, NA ATA QUE LHE FOI ENCAMINHADA, CONSTAVA APENAS O OFICIO 102 E, NA URGENCIA DE TRAZER UAM RESPOSTA A ESTA REUNIÃO, SE ATEVE AS INFORMAÇÕES QUE POSSUÍA, SEM A INFORMAÇÃO DO PROTOCOLO DESTA SITUAÇÃO. RECOMENDOU O REENVIO DA DOCUMENTAÇÃO, BEM COMO SUGERIU A DESIGNAÇÃO DE UMA REUNIÃO ENTRE OS ÓRGÃOS PARA APRECIAÇÃO DO PEDIDO, ATRAVES DE UM PROTOCOLO ÚNICO.

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – INFORMOU QUE O GRANDE OBJETIVO ERA IDENTIFICAR A QUEM PERTENCIA A ILHA E QUE PODE SER INCLUIDA A INFORMAÇÃO NO PLANO DE TRABALHO PARA RETOMADA DA DISCUSSÃO, POIS O

GRANDE OBJETIVO DA PREFEITURA DE ANANINDEUA É REALIZAR O REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO.

MARCOS SOUZA – SPU – É NECESSÁRIA A INFORMAÇÃO SOBRE AS FAMÍLIAS E ASSUMIU O COMPROMISSO DE GARANTIR O DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – APROVEITOU A OPORTUNIDADE PARA APRESENTAR REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DAS ILHAS DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA. JÁ TINHA SIDO INICIADO DIÁLOGO NESSE SENTIDO ENTRE O MUNICÍPIO E A SPU, MAS NÃO HOVE RETORNO PARA FAZER A EFETIVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO.

MARCOS SOUZA – SPU - RELATOU A DINAMICA DE TRABALHO DO ÓRGÃO E SUAS DIFICULDADES INSTITUCIONAIS, COMO A FALTA DE SERVIDORES. RELATA QUE NÃO PRETENDE ESTENDER A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS, MAS TAMBÉM NÃO É POSSÍVEL RESOLVE-LOS COM URGENCIA. PROPOS, A PARTIR DE REUNIÃO QUE DEVE SER REALIZADA COM O MUNICÍPIO, ESTABELEECER UM CRONOGRAMA PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EXPOSTAS.

DES JOSE ROBERTO – RESSALTOU A IMPORTANCIA DESSA APROXIMAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS, PARA FACILITAR O DIÁLOGO PARA MOVIMENTAR OS SETORES DE FORMA A TORNAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA UMA REALIDADE. SOLICITOU O ENVIO DA NOTA TECNICA DA SPU PARA O EMAIL DO MUNICÍPIO E DA CORREGEDORIA E SOLICITOU O ENDEREÇO DE EMAIL DA SUPERINTENDENCIA PARA REGISTRO E COMPARTILHAMENTO FUTURO

MARCOS SOUZA – SPU - HOJE MESMO ENCAMINHARÁ PARA ANANINDEUA A NOTA TÉCNICA. MAS CONCORDA COM A CONSIGNAÇÃO EM ATA

GIROLAMO – FETAGRI – ACHA IMPORTANTE APROVEITAR O EXEMPLO DE ANANINDEUA PORQUE, A PARTIR DA AFIRMAÇÃO DO STF QUE RECONHECEU A DOMINIALIDADE DA UNIÃO SOBRE ESTAS ILHAS, REJEITANDO A PRETENSÃO DO ESTADO DO PARÁ DE QUE FOSSEM ÁREAS ESTADUAIS, ABRE-SE NOVO DESAFIO. POIS, EM MUITOS MUNICIPIOS HÁ PROJETOS DE ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS QUE TEM COMO SUSTENTAÇÃO LEGAL UM ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM 2005 ENTRE SPU E INCRA. JÁ DECORRIDOS VARIOS ANOS, TEM UM PONTO FORMAL AINDA NÃO RESOLVIDO QUE É A EFETIVA INCORPORAÇÃO, NO PATRIMONIO DA UNIÃO DESSAS ÁREAS COM O RESPECTIVO REGISTRO IMOBILIÁRIO. ISSO CRIA UM PROBLEMA GRAVE, COMO VISTO EM ABAETETUBA, ONDE O INCRA REDUZIU UM PROJETO DE ASSENTAMENTO COM

A JUSTIFICATIVA DE QUE NÃO HAVIA SIDO REALIZADA A DISCRIMINATÓRIA. FEZ UM APELO A SPU E INCRA: UM CRONOGRAMA PARA QUE O ESTADO DO PARÁ SAIA DESSA SITUAÇÃO DE ABSOLUTA INSEGURANÇA, EM RELAÇÃO AS TERRAS DA UNIÃO, AO MENOS NAS ILHAS, ÁREAS DE VÁRZEA, TERRENOS DE MARINHA, ETC. EXISTE A CERTEZA JURÍDICA DE QUE É DA UNIÃO, MAS NÃO SE SABE ONDE FICA E NÃO HÁ A CERTIFICAÇÃO. DESSA SITUAÇÃO TAMBEM DECORRE DA EXISTÊNCIA DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS SOBREPOSTOS A TERRAS DA UNIÃO, MENCIONANDO COMO EXEMPLO, A ILHA DO MARAJÓ. APÓS A UNIÃO IDENTIFICAR SUAS TERRAS, QUE SERÁ POSSÍVEL EFETUAR O CANCELAMENTO DOS REGISTROS INDEVIDOS.

DES JOSÉ ROBERTO - AO REPRESENTANTE DA SPU, APONTOU QUE ESSA É MAIS UMA SITUAÇÃO A SER ENFRENTADA PELO ÓRGÃO E QUE É BOM ENCONTRAR OS DESAFIOS PARA NORTEAR OS TRABALHOS

MARCOS SOLANO - FAEPA - CONVERGIU COM A FALA DA FETAGRI SOBRE A DISCRIMINATÓRIA DO ESTADO, EM ESPECIAL DA ILHA DO MARAJÓ. RECORDOU QUE, NA ULTIMA REUNIÃO, FOI PERGUNTADO AO REPRESENTANTE DO ITERPA SOBRE O DOMINIO DO ESTADO. NESTA OCASIÃO, A RESPOSTA FOI UMA ESTIMATIVA DE "MAIS OU MENOS X". ESSA É UMA DISCUSSÃO QUE JÁ EXISTE HÁ MUITO TEMPO E ESPERA QUE NÃO SEJA UMA SITUAÇÃO QUE SE DELONGUE MAIS, VISTO QUE OCORRE COM A UNIÃO O MESMO QUE OCORRE COM O ESTADO E, AINDA, A SITUAÇÃO DA UNIÃO APROPRIAR-SE CADA VEZ MAIS DAS TERRAS ESTADUAIS. QUESTIONOU, TAMBÉM, SOBRE A EXISTÊNCIA DE ORÇAMENTO PARA ESTE SERVIÇO, QUE É CARO. APONTA QUE A GRANDE QUESTÃO É FUNDIÁRIA E QUE NÃO BASTA CHEGAR E DEMARCAR, MAS TEM QUE SE CONSIDERAR QUE PESSOAS HABITAM NESSES LOCAIS E ESSE PUBLICO MERECE SER OUVIDO.

DES JOSE ROBERTO - A QUESTÃO DA DEMARCAÇÃO SUCEDE A ARRECADAÇÃO E, DA ARRECADAÇÃO A DESTINAÇÃO. O TRABALHO É DIFÍCIL, É CARO, MAS A CONVERSA NA REUNIÃO É VER COMO É POSSÍVEL FAZER DIFERENTE. FAZER MAIS DO MESMO APENAS AGRAVA A SITUAÇÃO. ENTÃO, TEMOS QUE PENSAR COMO PODEMOS COLABORAR, POR MEIO DE UM CONVÊNIO, AUXÍLIO DE MAO DE OBRA, OU NA REALIZAÇÃO DE UM GEO

MARCOS SOLANO - FAEPA - APONTOU QUE JÁ AUXILIA O ITERPA COM ESSE ENCAMINHAMENTO E QUE HÁ AVANÇOS E QUE PODE SENTAR COM A SPU PARA DIALOGAR, PARA RESOLVER O PROBLEMA FUNDIÁRIO. O ESTADO PRECISA TER CERTEZA DO QUE TEM, A UNIÃO PRECISA TER CERTEZA DO QUE TEM, E OS MUNICÍPIOS TAMBEM. O QUE

108

NÃO PODE ACONTECER É MUNICÍPIO QUE NÃO TEM 100% D O TERRITÓRIO DELE E QUE ARRECADAM IMPOSTOS SOBRE ESSAS ÁREAS.

MARCOS SOUZA - SPU - INFORMOU QUE A UNIDADE CENTRAL CRIOU UM PROJETO SPU DEMARCAÇÃO PARA FAZER A DEMARCAÇÃO DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO PAÍS, QUE ESTÁ EM ANDAMENTO, E O PRAZO PARA CONCLUSÃO DELE É NOVEMBRO DE 2024. APONTOU QUE A DESCENTRALIZAÇÃO ACABA RETARDANDO SITUAÇÕES LOCAIS. FICA DIFÍCIL PARA O ESTADO DO PARÁ ESTABELECEER UMA DISCUSSÃO AMPLA SOBRE O TERRITORIO NO MOMENTO E ELE, COMO REPRESENTANTE LOCAL, FICA NUMA SITUAÇÃO COMPLICADA, PORQUE NÃO TEM MUITO O QUE FAZER NESSE MOMENTO. POR ISSO, PREFERE QUE SE INICIE ESSAS QUESTÕES EMBRIONÁRIAS, RESOLVENDO QUESTÕES EMBLEMÁTICAS, E, A PARTIR DAÍ, CRIAR UMA EXPERIENCIA POSITIVA PARA, QUANDO A DEMARCAÇÃO SAIR DEFINITIVAMENTE, JÁ EXISTIRÃO EXPERIENCIAS RESOLVIDAS E POSITIVAS. POR EXEMPLO, A ILHA DE SASSUNEMA E PROBLEMAS PONTUAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS E QUE PODE AJUDAR PARA O FUTURO E PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES.

GIROLAMO - FETAGRI - NOVEMBRO DE 2024 ESTÁ MUITO PRÓXIMO ANTE A DIMENSÃO DOS PROBLEMAS. EXISTE UM TERMO DE COOPERAÇÃO EM VIGOR ENTRE SPU E INCRA, POIS O INCRA TEM UMA CAPACIDADE OPERACIONAL UM POUCO MAIOR, PORTANTO, INSISTIU QUE SEJA APRESENTADO CRONOGRAMA, QUE LEVE EM CONSIDERAÇÃO, PRIORITARIAMENTE OS CASOS CONCRETOS, MAS QUE TAMBEM OLHE O PROBLEMA DE FORMA MAIS AMPLA, VISTO QUE, NESSE PROJETO CUJO PRAZO É NOVEMBRO DE 2024, ESTÁ INCLUÍDA A DEFINIÇÃO DA LINHA DE PREAMAR MÉDIA E ESSE TRABALHO SERÁ MOSTRUOSO. BELEM, POR EX, NÃO TEM E O ÚNICO QUE TEM ESTÁ JUDICIALIZADO HÁ MAIS DE 20 ANOS. PORTANTO, A APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PELO SPU E INCRA SERIA IMPORTANTE. TAMBEM AGREGARIA A ESSE CRONOGRAMA O ITERPA, VISTO QUE TERRENOS DE MARINHA AS VEZES SE PROLONGAM PARA O INTERIOR DO TERRITÓRIO.

DES JOSE ROBERTO - SPU DEVE APRESENTAR CRONOGRAMA JUNTAMENTE COM O INCRA, NA PROXIMA REUNIÃO. IDENTIFICOU QUE, ATÉ ESSE PONTO DA REUNIÃO, NÃO HAVIA CHEGADO NENHUM REPRESENTANTE DO INCRA

LUCIO GUERREIRO - CGJ - SEGUNDA DELIBERAÇÃO DIZ RESPEITO A SOBREPOSIÇÃO DE TERRAS DE ALTAMIRA

COM O TERRITÓRIO NACIONAL - PREJUDICADO ANTE A AUSENCIA JUSTIFICADA DO REPRESENTANTE

ADRIANA MEZZOMO - BREU BRANCO - APROVEITANDO A OPORTUNIDADE, O MUNICÍPIO TEM DUAS DEMANDAS COM A SPU SEMELHANTES A DE ANANINDEUA, UMA RELATIVA A ILHAS EM QUE HÁ MAIS DE UM ANO FOI FEITO O LEVANTAMENTO DAS FAMILIAS, E, POSTERIORMENTE, FOI PROTOCOLADA UMA DEMARCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ÁREA CONSOLIDADA DENTRO DO MUNICÍPIO, QUE TUDO INDICA QUE É ÁREA DA UNIÃO.

MARCOS SOUZA - SPU - SOLICITOU A INFORMAÇÃO DO NÚMERO DOS PROCESSOS.

(A REPRESENTANTE DE BREU BRANCO REMETEU OS NÚMEROS PA-00848/2023 PA005472023 QUE DEVEM SER REMETIDOS A SPU)

DES JOSÉ ROBERTO - PEDIU AO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA QUE MANDASSE O NUMERO DE PROCESSOS DA SPU TAMBÉM, PARA ENCAMINHAMENTO

LUCIO GUERREIRO - CGJ - ITEM 2.4 TAMBEM PREJUDICADO, VISTO QUE TRATA DA INTEGRAÇÃO DA BASE CARTOGRAFICA DE ALTAMIRA COM O ITERPA. MAS IDENTIFICOU QUE TAMBEM NÃO HÁ PRESENTE NENHUM REP DO ITERPA

DES JOSE ROBERTO - COINCIDIU A NOSSA REUNIÃO COM ESSE ENCONTRO QUE ESTÁ ACONTECENDO EM BELEM

MARCOS SOUZA- SPU - INFORMOU QUE TERIA QUE SE AUSENTAR EM RAZÃO DA CHEGADA DO MINISTRO DE ESTADO EM BELEM. EM RELAÇÃO AS DEMANDAS DO SPU, PROMETEU ESFORÇO DO ÓRGÃO PARA APRESENTAR NUMA PRÓXIMA REUNIÃO PELO MENOS A EXPOSIÇÃO DO CENARIO ATUAL. SOLICITOU O ENVIO DA ATA COM O NÚMERO DOS PROCESSOS. INFORMOU QUE JÁ ENVIOU A NOTA TÉCNICA AO EMAIL DA CORREGEDORIA E TAMBÉM ENCAMINHARÁ PARA ANANINDEUA, PERGUNTANDO SOBRE O INTERESSE E SOLICITANDO DOCUMENTOS. ENQUANTO ESTIVER A FRENTE DO ÓRGÃO, HAVERÁ DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL. APONTOU QUE O EMAIL DE CONTATO É O MESMO PARA O QUAL FOI ENCAMINHADO A CONVOCAÇÃO PARA ESTA REUNIÃO E PEDIU QUE, QUANDO FOREM MANDAR SOLICITAÇÕES, APONTEM O NUMERO DO PROCESSO, PARA AGILIZAR. ESTÁ TENTANDO IMPULSIONAR AS COISAS E REITERA A ABERTURA AO DIÁLOGO. E PEDE COMPREENSÃO COM O ATRASO DAS DEMANDAS DO ÓRGÃO. FOI O QUE SOLICITOU AUTORIZAÇÃO PARA SE RETIRAR.

776

*(REGISTRADA A CHEGADA DA REPRESENTANTE DO INCRA
- BELEM E A PARTICIPAÇÃO ONLINE DO REP DO ITERPA)*

LUCIO GUERREIRO - CGJ - DANDO CONTINUIDADE, PERGUNTAVA SOBRE A PRESENÇA DO ITERPA POIS, NA ÚLTIMA REUNIÃO, DISCUTIU-SE SOBRE A POSSIBILIDADE DO SHAPEFILE DE ALTAMIRA SUBIR COM O MAPA PARA O ITERPA

FLAVIO RICARDO - ITERPA - JUSTIFICOU A PARTICIPAÇÃO INTERMITENTE PORQUE ESTÁ EM VIAGEM. EM RELAÇÃO A ALTAMIRA, JÁ ESTÃO EM CONTATO COM O MAPA PARA COMPARTILHAR A BASE DE DADOS, QUE JÁ FOI CELEBRADO UM TERMO DE COOPERAÇÃO COM O REPRESENTANTE DO MAPA PARA OPERACIONALIZAR E DAR CONTINUIDADE AO TRABALHO

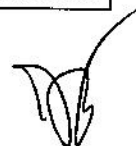
LUCIO GUERREIRO - CGJ - A PRESIDENTE DA ANOREG/PA COMUNICOU PELO TELEFONE ANTES DA REUNIÃO QUE O TERMO DE COOPERAÇÃO ESTAVA ENCAMINHADO, MAS QUE FALTAVA A ASSINATURA DO PRESIDENTE DO ITERPA, E QUE ISSO, APARENTEMENTE, JÁ FOI RESOLVIDO. DEU CIENCIA A TODOS QUE SUBIRAM, PRO SISTEMA DO MAPA, ORIUNDO DO ITERPA, TODOS OS ASSENTAMENTOS E UNIDADES QUILOMBOLAS QUE EXISTEM LA, PARA CRIAÇÃO DA RESPECTIVA CAMADA. APÓS A ASSINATURA DO CONVENIO, SUBIRÃO OS DEMAIS DADOS.

FLAVIO RICARDO - ITERPA - AGORA QUE AS FORMALIDADES BUROCRÁTICAS JÁ FORAM SOLUCIONADAS, DARÃO CONTINUIDADE A ALIMENTAÇÃO DO MAPA

GIROLAMO - FETAGRI - PERGUNTOU SOBRE A PUBLICIDADE DOS DADOS DO MAPA

LUCIO GUERREIRO - CGJ - INFORMOU QUE OS DADOS DO MAPA SÃO PÚBLICOS. A SEGUIR, ITEM 2.6 DA PAUTA - CELEBRAÇÃO DE CONSORCIO ENTRE OS MUNICÍPIOS

GEANLUCA - FAMEP - INFORMOU QUE FOI FORMALIZADO O INGRESSO, NO ÓRGÃO, DA DRA CLAUDIA DA URBA-AMAZONIA, DE FORMA COOPERATIVA. JÁ EXISTE UM ESTATUTO FORMADO PARA A CRIAÇÃO DO CONSORCIO. ESTÁ EM CONTATO COM O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA, PARA A MINUTA DO CONSÓRCIO DE FORMA MODELAR, PEGANDO COMO MODELO O QUE ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO EM ALTAMIRA, VISTO QUE, VENDO A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS, PODE SER REPLICADA A EXPERIENCIA. TAMBEM, A PROBLEMATIZAÇÃO NÃO SE RESTRINGE A UM MUNICÍPIO OU DOIS DO ESTADO, MAS É COMUM A VARIOS.



O APOIO DA DRA CLAUDIA DESTINA-SE A FACILITAR ESSA INTERLOCUÇÃO.

CLAUDIA MACEDO – FAMEP – APÓS APRESENTAR-SE, INFORMOU QUE ESTÁ CONSTRUINDO UMA COOPERAÇÃO COM A FAMEP PARA QUE ELA TENHA UMA ATUAÇÃO MAIS ATIVA EM RELAÇÃO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS MUNICÍPIOS. JÁ HAVIA PROPOSTA DE MODELAGEM DE UM CONSÓRCIO, QUE PRECISA AVALIAR MELHOR SE SERIA UM CONSORCIO ESTADUAL OU REGIONAL, A SER AINDA ESTRUTURADO PARA QUE OS MUNICÍPIOS ATUEM DE FORMA CONSORCIADA PARA FAZER REGULARIZAÇÃO. TAMBEM VISUALIZA OUTRAS POSSIBILIDADES. UMA DELAS É O MACRODIAGNOSTICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO E, PARA ISSO, DEVE HAVER UMA PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO, PARA IDENTIFICAR A SITUAÇÃO DA GESTÃO FUNDIÁRIA NOS MUNICÍPIOS. O DIAGNOSTICO NÃO SE RESUME À VERIFICAÇÃO SE EXISTE UMA BASE MOBILIÁRIA OU CADASTRO GERORREFERNCIADO DE LOTES, MAS DE IR UM POUCO ADIANTE PARA VERIFICAR A GESTÃO FUNDIÁRIA NOS MUNICÍPIOS SE EXISTE LEGISLAÇÃO ATUALIZADA, EQUIPE CAPACITADA, PROJETO EM ANDAMENTO, SE EXISTE ÓRGÃO FUNDIÁRIO, ETC, HOJE NÃO SE TEM ESSA INFORMAÇÃO. SABE-SE QUE ALGUNS ATUAM NA REGULARIZAÇÃO, MAS, EM RELAÇÃO À MAIORIA, NÃO SE TEM ESSA INFORMAÇÃO. ENTÃO, ESTÁ-SE CONSTRUINDO ESSE PROJETO, BUSCANDO PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO, UFPA, PARA INICIAR O TRABALHO DE DIAGNOSTICO. NA PROXIMA REUNIÃO JÁ APRESENTARÁ UMA PROPOSTA PRELIMINAR DE PROJETO, COM DOIS ENFOQUES: TANTO IN LOCO, COMO USANDO A CAPILARIDADE DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS, AINDA, PRECISA SER TRABALHADA A TROCA DE EXPERIENCIAS ENTRE MUNICÍPIOS. CRIAR ESPAÇOS PARA DISCUSSÃO E MENCIONOU QUE ESSE GRUPO TAMBEM É AMBIENTE PARA ISSO, COMO POR EXEMPLO, QUESTIONAMENTO DE ANANINDEUA SOBRE REFERENCIAS DE GEORREFERENCIAMENTO, QUE A LEGISLAÇÃO OUTORGA AO MUNICÍPIO A DEFINIÇÃO DAS REGRAS DE DESENHOS URBANOS. ALGUNS MUNICÍPIOS JÁ TEM ESSE REGRAMENTO, COMO PARAUAPEBAS, QUE POSSUI UM MANUAL DE REFERÊNCIAS TECNICAS, PARA ORIENTAR OS PROFISSIONAIS QUE FAZEM LEVANTAMENTO DE CAMPO. A ATUAÇÃO DA FAMEP ESTÁ SENDO DESENHADA Nesses DOIS CAMINHOS: FAZER O DIAGNOSTICO E PODER INDICAR QUEM TEM BASE GEORREFERENCIADA E, ALEM, VERIFICAR A GESTÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS E PROPORCIONAR A TROCA DE EXPERIENCIAS. ESSE DIAGNOSTICO APONTA PARA O GOVERNO DO ESTADO E PARA O MINISTÉRIO DAS CIDADES QUE PROJETOS PODERÃO SER REALIZADOS PARA APOIAR OS MUNICÍPIOS.

206

REFERINDO-SE AO PROF GIROLAMO, MUITAS TERRAS FEDERAIS DO PROGRAMA TERRA LEGAL FORAM DESTINADAS NO SUL E SUDESTE DO PARÁ, MAS OS MUNICÍPIOS NÃO CONSEGUEM ATUAR NESSAS ÁREAS POR NÃO TER CONHECIMENTO, E NÃO CONSEGUIR FORMAR EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.

LUCIO GUERREIRO- CGJ - AGRADECEU A EXPOSIÇÃO E DISSE QUE A PARTICIPAÇÃO DA FAMEP É DE MUITA IMPORTANCIA ESSA TROCA DE EXPERIENCIAS

ADRIANA - BREU BRANCO - EM RELAÇÃO AO ITERPA, REF AS ÁREAS DO ESTADO, O MUNICÍPIO ESTÁ FAZENDO UMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREA QUE ERA DO ESTADO. FOI COMUNICADO AO ITERPA SOBRE O PROJETO E AINDA NÃO HOUE RESPOSTA. ANTE O SILENCIO DO ÓRGÃO, A PREFEITURA FOI DANDO ANDAMENTO NO PROJETO. JÁ PROTOCOLOU DOIS OFICIOS NO ÓRGÃO E NÃO HOUE RESPOSTA. REQUER PROVIDENCIAS. ENVIARÁ OS NUMEROS DOS PROTOCOLOS.

RODRIGO MIRANDA - DPE - A DEFENSORIA REITERA POSICIONAMENTO JÁ EXTERNADO PELA DRA CLAUDIA NO SENTIDO DE O ITERPA INCLUIR AS GLEBAS ESTADUAIS JUNTO AO SICARF, O QUE AUXILIARIA A DPE QUANTO O SE CUMpra O ITEM 2.6 DA REUNIÃO. EXISTEM MUNICÍPIOS COM ESTRUTURAS TOTALMENTE DISTINTAS, UNS POLO COM MAIS ESTRUTURA, E OUTROS MAIS PRECARIOS COM MAIOR GRAU DE DIFICULDADE. ENQUANTO O ESTADO, QUE É QUEM POSSUI A MAIOR ESTRUTURA, NÃO INSERIR AS GLEBAS ESTADUAIS NA PLATAFORMA DO SICARF A DILIGENCIA DESCRITA FICA INVIABILIZADA.

LUCIO GUERREIRO - ITEM 2.7 DA PAUTA - DSPONIBILIAÇÃO DE BANCO DE DADOS DE PROFISSIONAIS HABILITADOS A REALIZAR GEORREFERENCIAMENTO PUBLICAMENTE PELO CREA

JESSICA MACIEL - CREA - FOI REALIZADA CONSULTA JUNTO A PROCURADORIA JURÍDICA SOBRE A POSSIBILIDADE DE SE DILVULGAR PUBLICAMENTE ESSES DADOS E FOI VERIFICADO QUE, EM RAZÃO DAS DISPOSIÇÕES DA LAI E DA LGPD, RECEBEU A ORIENTAÇÃO DE CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS QUE PRECISEM DESSA INFORMAÇÃO, COMO FAMEP, SEMAS, ITERPA, E BEM ALINHADO TECNICAMENTE. MENCIONOU SISTEMA QUE POSSUI BUSCA PELOS PROFISSIONAIS E QUE PROCURA SEMELHANTE PODE SER FEITO. ATUALMENTE, EXISTE A VALIDAÇÃO DO RT QUE PROFISSIONAL FAZ. O MAIS ADEQUADO, ENTÃO, SERIA REUNIÃO COM FAMEP, ITERPA, SEMAS PARA ALINHAR OS PONTOS QUE PODEM SER DISPONIBILIZADOS. AINDA, COM A SEMAS, EXISTE UMA

DEMANDA EM RELAÇÃO AO CAR, QUE É DECLARATÓRIO, EXISTE A INTENÇÃO DE, NO SIFAR 2.0, FAZER A VINCULAÇÃO DE QUE JÁ PODERIA SER DISPONIBILIZADA NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO.

RODRIGO MIRANDA - DPE - REITEROU FALA ANTERIOR SOBRE INSERÇÃO DAS GLEBAS ESTADUAIS NO SICARF. AINDA DEVE HAVER DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - EM RAZÃO DA CUPULA AMBIENTAL QUE OCORRERÁ EM BELEM, O DESEMBARGADOR CORREGEDOR MANTEVE DIALOGO COM DIVERSOS JUÍZES COM JURISDIÇÃO AMBIENTAL E UMA DAS GRANDES QUEIXAS É A FALTA DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA QUE POSSAM DAR ANDAMENTO NAS AÇÕES AMBIENTAIS. POR ISSO, A DISPONIBILIZAÇÃO DA LISTA DE PROFISSIONAIS PELO CREA É SALUTAR TANTO PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, QUANTO PARA SOLUÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS.

JESSICA MACIEL - CREA - COMPLEMENTANDO FALA ANTERIOR, QUALQUER PROFISSIONAL, DE QUALQUER ESTADO PODE OBTER VISTO JUNTO AO CREA-PA PARA EXECUTAR SUAS ATIVIDADES. A DISPONIBILIZAÇÃO DE NOMES DE PROFISSIONAIS A QUE SE PLEITEIA SERIA DE PROFISSIONAIS HABILITADOS NO ESTADO DO PARÁ, MAS OUTROS, DE OUTROS ESTADOS, PODEM ATUAR NESSES TERMOS. DEVE SER ALINHADO COM A SEMAS, ACERCA DE DENUNCIAS RECEBIDAS SOBRE PROFISSIONAIS EXTRAPOLANDO A ÁREA DE ATUAÇÃO, É QUE O CREA É RESPONSÁVEL POR FISCALIZAR SE EXISTE PROFISSIONAL HABILITADO, MAS NÃO SE O SERVIÇO ESTA SENDO REALIZADO CORRETAMENTE.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - JUSTIFICOU A AUSÊNCIA DA SEMAS NA REUNIÃO. PERGUNTOU SE JÁ HAVIA AVANÇOS NOS DIALOGOS COM OS ÓRGÃOS INTERESSADOS NAS INFORMAÇÕES, ESPECIALMENTE A FAMEP

JESSICA MACIEL - CREA - INICIOU COM A SEMAS

LUCIO GUERREIRO - CGJ - SOLICITOU QUE OS REPRESENTANTES DA FAMEP ENTREM EM CONTATO COM O CREA PARA AVANÇAR NESSA CONVERSA

ELIANA ZACCA - FAEPA - DISSE QUE, EM REUNIÃO COM A SEMAS, FOI IDENTIFICADO O ENTRAVE DA FALTA DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA O GEORREFERENCIAMENTO E ELABORAÇÃO DE CAR. DE UMA ANÁLISE AUTOMATIZADA QUE A SEMAS REALIZOU, DECORRERAM 48% DE NOTIFICAÇÕES. PARA ESTAS NOTIFICAÇÕES SEREM RESOLVIDAS, É NECESSÁRIO

CONTATO COM O PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL TÉCNICO E MUITAS VEZES SÓ TEM O NOME DESTES, ISSO DEPOIS DE DECORRIDOS MUITOS ANOS. ALGUNS CASOS, MESMO IDENTIFICANDO O TÉCNICO, APÓS VÁRIAS DILIGÊNCIAS, OS ERROS PERSISTEM. COGITOU-SE UMA HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PELA FEDERAÇÃO PARA AUXILIAR OS PRODUTORES, QUE TEM MUITOS PREJUÍZOS. ACHA QUE DEVE HAVER UMA ATUAÇÃO CORRECCIONAL POR PARTE DO CREA EM RELAÇÃO A ESSES PROFISSIONAIS. PRODUTORES ESTÃO TENDO PREJUÍZOS PELAS REITERADAS DILIGÊNCIAS E DESIDIA DE PROFISSIONAIS. REQUER CONTATO MAIS PRÓXIMO PARA CORRIGIR ISSO, TANTO PELA ESCASSEZ DOS PROFISSIONAIS, QUANTO PELA FALTA DE QUALIFICAÇÃO E COMPROMETIMENTO DELES.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - AS QUESTÕES DISCIPLINARES DEVEM SER LEVADAS AO CONHECIMENTO DO CREA. A SEGUIR, ITEM 2.9 DA Pauta, QUE ESTÁ CUMPRIDO, POIS ERA O ENCAMINHAMENTO DAS NORMAS TÉCNICAS DE GEORREFERENCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS.

MANDAR PARA TODOS

JESSICA MACIEL - CREA - INFORMOU QUE NÃO RECEBEU AS NORMAS TÉCNICAS DESCRITAS, E SÃO NECESSÁRIAS PARA DELIMITAR POSSÍVEL INFRAÇÃO DISCIPLINAR. O CREA NÃO ANALISA O VÍCIO TÉCNICO, QUEM DEVE FAZÊ-LO É A SEMAS, OU O ITERPA, POR EXEMPLO, QUE SÃO OS ÓRGÃOS LICENCIADORES. A ATUAÇÃO DO CREA RESTRINGE-SE A ATRIBUIÇÃO E CONDUTA, NO CASO DE DENÚNCIA.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - DEVE SER INCLUÍDO O ITERPA NAS DISCUSSÕES ENVOLVENDO CREA, FAMEP E SEMAS. AVANÇOU PARA O ITEM SEGUINTE NA REUNIÃO, QUE É O ACESSO AUTOMATIZADO DA SEMAS AOS BANCOS DE DADOS DOS CARTÓRIOS PARA OBTENÇÃO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES.

CAROLINE BRANT - ANOREG - INFORMA QUE, NO MOMENTO, PELO SAEC, PODE-SE PEDIR CERTIDÕES OU VISUALIZAR MATRÍCULAS.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - DEPENDE DA INTEGRAÇÃO DE TODAS AS SERVENTIAS?

CAROLINE BRANT - ANOREG - SIM, MAS TODAS AS SERVENTIAS JÁ ESTÃO SE INTEGRANDO NO SAEC E ESTÃO FAZENDO TRABALHO PARA INTEGRAÇÃO DE TODOS OS ACERVOS.

IBRAIM - PGE - ESCLARECEU QUE A QUESTÃO DA SEMAS NÃO É FALTA DE ACESSO AO SAEC, MAS SIM DE AUTOMATIZAR O ACESSO A ESSAS CERTIDÕES, JÁ QUE O VOLUME DE TRABALHO DA SEMAS É MUITO GRANDE. ENTÃO DEVE-SE CONSTRUIR A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS PARA QUE O ACESSO SEJA AUTOMATIZADO.

CAROLINE - ANOREG - DEVE-SE ENVOLVER A ONR, PARA ESTABELECEMOS PARAMETROS DENTRO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESPECIALMENTE LGPD, PORQUE ENVOLVERÁ RELAÇÃO DE DADOS DE DIVERSAS PESSOAS.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - VERIFICOU QUE NÃO CAMINHOU ESSE ANDAMENTO E EXPLANOU NOVAMENTE À REPRESENTANTE DA ANOREG PRESENTE, QUAL O PEDIDO FORMULADO NA REUNIÃO PASSADA PELA SEMAS.

CAROLINE - ANOREG - REQUEREU A DEFINIÇÃO DE PARAMETROS DOS DADOS QUE A SEMAS NECESSITA PARA QUE A INTEROPERABILIDADE PRETENDIDA OCORRA.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - ASSIM, SEMAS DEVE ESCLARECER QUAIS DADOS SÃO NECESSÁRIOS PARA CONFERÊNCIA, PARA QUE ANOREG VIABILIZE A INTEROPERABILIDADE REQUERIDA.

MARCOS SOLANO - FAEPA - ENTENDE QUE SEMAS É ÓRGÃO AMBIENTAL, NÃO É FUNDIÁRIO. "NÓS TEMOS HOJE 3.45 SOMENTE DE CAR QUE REALMENTE FORAM AVALIADOS PELA SEMAS E VALIDADOS". NÃO É NECESSÁRIO MAIS UM SISTEMA, PORQUE JÁ HÁ SISTEMA, A SEMAS JÁ ESTÁ INFORMATIZADA. PRECISA AVANÇAR PROCESSO E QUE DEVE HAVER PREOCUPAÇÃO EM AUMENTAR BUROCRACIA, JÁ EXISTE BUROCRACIA DEMAIS, LEGISLAÇÃO DEMAIS, SERIA MAIS UM PROTOCOLO? ENTENDE QUE O QUE EXISTE É SUFICIENTE PARA ANDAR, MAS PRECISA ANDAR. ENQUANTO NÃO HOVER VALIDAÇÃO DE CAR, O PROPRIETÁRIO NÃO CONSEGUE OBTER FINANCIAMENTO.

DES JOSE ROBERTO - DISSE QUE, PELO QUE SE RECORDA, O OBJETIVO DA SEMAS EM ACESSAR OS SISTEMAS DOS CARTÓRIOS É JUSTAMENTE OBTER CELERIDADE NOS SEUS PROCESSOS

MARCOS SOLANO - FAEPA - MAS ISSO É FUNDIÁRIO, O PRODUTOR ENCAMINHA PARA A SEMAS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELAS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS. A FEDERAÇÃO NÃO ENTENDE O PEDIDO FORMULADO.

CAROLINE - ANOREG - DESTACA QUE ATÉ O POSSUIDOR PODE OBTER O CAR INDEPENDENTE DE SER

976

PROPRIETÁRIO, O QUE NÃO ENVOLVERIA O REGISTRO DE IMÓVEIS

LUCIO GUERREIRO - CGJ - ITENS 3 E 4 DA PAUTA JÁ DISCUTIDOS. RESSALTOU O AVANÇO DAS DUAS DELIBERAÇÕES. O 3 REFERE-SE AO AVANÇO DA DISCUSSÃO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA COM O INCRA E SPU PARA ASSENTAMENTO DE REFUGIADOS, COM O COMPROMETIMENTO DO REPRESENTANTE DA SPU E O 4 DIZ RESPEITO À INTEGRAÇÃO DO ITERPA AO MAPA. O ITEM 5 DA PAUTA É A CIENCIA AOS PRESENTES SOBRE OS TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADOS ENTRE OS MUNICIPIOS, ITERPA E SEIRDH.

ADRIANA MEZZOMO - BREU BRANCO - INFORMOU QUE PROTOCOLOU O PROJETO NO PRÊMIO DO CNJ, MAS QUE NÃO GEROU PROTOCOLO. A CGJ ENTRARÁ EM CONTATO COM O CNJ PARA VERIFICAR SE FOI RECEBIDO

LUCIO GUERREIRO - CGJ - APRESENTOU PROGRAMAÇÃO DA SEMANA SOLO SEGURO E O PROJETO REGULARIZAR, DA CGJ

ETELVANA - CARTÓRIO ANANINDEUA - PEDIU A PALAVRA AO SEU COLABORADOR RAFAEL PARA EXPLICAÇÃO SOBRE OS REGISTROS DE REURB EM ANANINDEUA.

SANDRA ALVES - MARITUBA - INFORMOU QUE DARÁ EXATIDÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE QUANTAS CRFS SERÃO ENTREGUES NA SEGUNDA-FEIRA.

RAFAEL ALVAREZ - CARTÓRIO ANANINDEUA - EXPÔS SOBRE AS DIFICULDADES E PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ANANINDEUA. DISSE QUE O CARTÓRIO ESTÁ TRABALHANDO HÁ CERCA DE DOIS ANOS PARA FAZER REGULARIZAÇÃO. OS 800 TITULOS QUE TEM PREVISÃO DE ENTREGA NA SEMANA DO SOLO SEGURO NÃO SIGNIFICA NEM 2% DO QUE PODERIAM ESTAR ENTREGANDO. EXISTEM VARIOS GARGALOS E ACREDITA QUE A REUNIÃO PODE AJUDA-LOS A RESOLVER AS QUESTÕES. O PRIMEIRO LOTEAMENTO FOI DO LOTEAMENTO DOS CORREIOS, EM QUE FORAM REGULARIZADAS 600 UNIDADES E A MAIOR DIFICULDADE É A FALTA DE COMPARECIMENTO DOS USUÁRIOS PARA "PEGAR A SUA MATRÍCULA". HOVE BAIXA PROCURA. CREDITA À DESCRENÇA DA POPULAÇÃO. ASSIM, NO INICIO DOS TRABALHOS, ELE FOI AO ITERPA E NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE ANANINDEUA. ESTA TENTANDO DUAS FRENTE PORQUE, QUANDO SE PENSA SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, SÓ SE REMETE A LEI 13465 E O DECRETO 9310. MAS EXISTE UMA REGULARIZAÇÃO MAIS BARATA QUE É PELA LEI 6766 QUE É DOS LOTEAMENTOS. EXPOS ALGUNS NUMEROS, DIZENDO QUE

A ANÁLISE JURÍDICA JÁ FOI FEITA, FALTANDO APENAS A EXECUÇÃO E, PARA EXECUÇÃO, SÃO NECESSÁRIAS PESSOAS: EM RELAÇÃO AO LOTEAMENTO DA COHAB (CIDADE NOVA DE I A IX E GUAJARA I E II), ESTÁ IRREGULAR HÁ APROXIMADAMENTE 30 ANOS E CERCA DE 30% DELAS ESTÃO PRESAS EM VIRTUDE DE TEREM FEITO O PAGAMENTO, MAS A COHAB NÃO LIBEROU A DOCUMENTAÇÃO PARA REGISTRAR O IMÓVEL, O CARTÓRIO PROPOS REGULARIZA-LO PELA LEI 6766, O QUE SIGNIFICA UM INVESTIMENTO PARA O ESTADO DE CERCA DE R\$ 3 MILHOES, VISTO QUE ABRANGE UM TOTAL DE MAIS DE 17 MIL FAMÍLIAS. SE FOSSE FEITO POR REURB, O CUSTO SERIA DE DEZ VEZES ESSE VALOR. FOI OFERECIDA ESSA SOLUÇÃO A COHAB EM OFÍCIO DATADO DE JANEIRO DE 2023. EM RELAÇÃO AO ITERPA, FOI FEITO UM TRABALHO CONJUNTO, PARA AS ÁREAS DA GUANABARA I E II. NELE, FORAM ABERTAS 3602 MATRÍCULAS, GFRATUITAMENTE. EM RELAÇÃO AO LOTEAMENTO DOS CORREIOS, O CARTÓRIO BANCOU AS CUSTAS E FEZ A PRAZO PARA O MUNICÍPIO PARA QUE AS PESSOAS TIVESSEM DIREITO A MORADIA. VOLTANDO AO ITERPA, DAS 3602 MATRÍCULAS, SÓ FORAM LEGITIMADAS 400. ESTÁ FALTANDO TRABALHO SOCIAL, PARA QUE AS PESSOAS APRESENTEM DOCUMENTOS. O GRANDE GARGALO É A PREFEITURA DE ANANINDEUA. SO DE LOTEAMENTO MUNICIPAL, SÃO 13400 FAMÍLIAS. NESTE Falta apenas o pagamento. ainda que se fizesse REURB, não se alcançaria esse valor abaixo de 200 REAIS/LOTE. O CARTÓRIO SE DISPONIBILIZOU A FAZER TODA A PARTE JUNTO COM A SECRETARIA, DESDE O COMEÇO. ESTÃO FAZENDO MAIS DO QUE O CARTÓRIO DEVERIA FAZER, PORQUE QUEREM DESENVOLVER O MUNICÍPIO. A LONGO PRAZO OU MEDIO PRAZO, ELES PODERIAM TER ESSE RETORNO. SERIA BOM ENTRAR NA SEARA JURÍDICA DO QUE PODE SER FEITO POR LOTEAMENTO OU POR REURB, JÁ QUE, NO CASO DE ANANINDEUA, O LOTEAMENTO É DO MUNICÍPIO E USAM O ARGUMENTO DA REURB, COM ANALOGIA AO INSTITUTO DO USUCAPIÃO (A REURB DA 13465 SERIA USUCAPIÃO A GRANEL), TUDO QUE A LEI NÃO CONSEGUIU REGULARIZAR, VEM A LEI 13465 PARA NOS AJUDAR. MAS NO CASO DE ANANINDEUA, O LOTEAMENTO É DO MUNICÍPIO, A MATRÍCULA É DO MUNICÍPIO E DEVE-SE TER CUIDADO PARA NÃO PEGAR A 13465 E JOGAR SOBRE A 6766 QUE TORNA ATE MAIS CARO O PROCEDIMENTO. ENTÃO ESSA É A PREOCUPAÇÃO QUE O CARÓRIO DE ANANINDEUA ESTÁ TENTANDO TER. AGORA, SÓ SOBRE REURB, EXISTEM 16 MIL FAMÍLIAS AGUARDANDO E APONTOU QUE POSSUI A DIFICULDADE EM RELAÇÃO AO CADASTRO DO IMÓVEL. SÓ EXISTEM NA SECRETARIA DE

1735

FAZENDA DUAS PESSOAS PARA FAZER O CADASTRO DE 30 MIL TÍTULOS. SE A PREFEITURA PUDESSE AUMENTAR O QUANTITATIVO DE MAO DE OBRA, O TRABALHO ANDARIA MUITO MAIS. PARA O EVENTO DO SOLO SEGURO, VAO SER APRESENTADOS 800 TITULOS, MAS PODERIAM TER APRESENTADO 30 MIL TÍTULOS O QUE SERIA RECORDE NACIONAL. O PROGRAMA DO CNJ SERVIU COMO ESTÍMULO PARA O AVANÇO DA REURB, ADOTANDO A MANEIRA MAIS PRATICA E MAIS VIAVEL. QUERIA PASSAR ESSE RETRATO E ESSA É UMA MANEIRA DE AJUDAR A DRA FLAVIA, DADA A FALTA DE RECURSOS HUMANOS. QUERIA MOSTRAR OS AVANÇOS OBTIDOS E OS GARGALOS PARA QUE FOSSE AJUDADO NESSA COMUNICAÇÃO.

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – AGRADECEU A PARCERIA DO CARTÓRIO DE ANANINDEUA COM A PREFEITURA. PEDIU QUE FOSSE REENCAMINHADO O EMAIL PARA PODER TRATAR DAS QUESTÕES DOS LOTEAMENTOS. ANANINDEUA AVANÇA EM ALGUNS ASPECTOS, MAS EM OUTROS EXISTEM GARGALOS, MAS BUSCA SEMPRE TENTAR RESOLVER. NÃO QUER SER O MUNICÍPIO QUE MAIS FAZ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MAS QUER SER O QUE GARANTE SOLO AOS HABITANTES. PRETENDE DAR ANDAMENTO NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO. SERIA UMA GRANDE HONRA ENTREGAR 30 MIL TÍTULOS, MAS EXISTEM VARIAS SITUAÇÕES A SEREM LIDADAS. E ESSE GRUPO DE TRABALHO É FUNDAMENTAL PARA O AVANÇO, COMO POR EX O CASO DO CONTATO MANTIDO COM A SPU. RESSALTOU QUE É UM PROGRAMA PERMANENTE E ACREDITA NA VISIBILIDADE DO ESTADO DO PARÁ.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - PROMETEU A APRECIÇÃO DO EXPEDIENTE PROTOCOLADO NA CGJ PELO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

(REGISTRADA CHEGADA DO SECRETARIO DE CIDADES)

WAGNER MACHADO – SECRETARIA DAS CIDADES – APRESENTOU-SE PROMETEU EMPENHO DO ÓRGÃO PARA O AVANÇO NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

DES JOSE ROBERTO – ACREDITA NA IMPORTANCIA DA PRESENÇA DA SECRETARIA DAS CIDADES NESTE GRUPO PARA INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PROMOÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ESTADO DO PARÁ.

VANDERSOM – CODEM – EM RELAÇÃO AO ITEM 2.8 DA PAUTA, SOLICITOU O ENVIO DAS NORMATIVAS DE GEORREFERENCIAMENTO. A CODEM TEM COMO META PARA O DIA DO SOLO SEGURO A ENTREGA DE 600 TITULOS. O MUNICÍPIO GOSTARIA DE CELEBRAR UM TERMO DE COOPERAÇÃO COM A SPU. É DE EXTREMA

IMPORTÂNCIA, VISTO QUE EXISTE NA CAPITAL UMA ÁREA EM DISCUSSÃO SE SERIA TERRENO DE MARINHA, OU NÃO. JÁ EXISTIA DIÁLOGO COM O SUPERINTENDENTE ANTERIOR DO ÓRGÃO QUE ENTENDIA QUE, NA FALTA DE MATERIAL HUMANO DA SPU, A CODEM/MUNICÍPIO DE BELEM PODERIA REPRESENTAR E REALIZAR ASSENTAMENTO NAS ÁREAS EM DISCUSSÃO. ATUALMENTE, ISSO ESTÁ ULTRAPASSADO. SE FOR CELEBRADO TERMO DE COMPROMISSO E MANTER BOA RELAÇÃO COM A SPU, EXISTE PERSPECTIVA DE ENTREGA MUITO MAIOR DE TÍTULOS.

ASSIM, SOLICITA A CELEBRAÇÃO DE TERMO OU MANUTENÇÃO DA BOA RELAÇÃO EXISTENTE ANTERIORMENTE.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - INFORMOU QUE O REPRESENTANTE DA SPU ESTEVE PRESENTE E SE MOSTROU DISPOSTO A MANTER DIÁLOGO COM AS INSTITUIÇÕES PRESENTES

VANDERSOM - CODEM - TAMBÉM ESTÁ MANTENDO DIALOGO COM A UFPA E, NAS ÁREAS DA UNIÃO QUE A UFPA E A SPU NÃO TEM MATERIAL HUMANO NECESSÁRIO PARA TRAMITAÇÃO CÉLERE DOS RESPECTIVOS PROCESSOS, ENTRA O APOIO DO MUNICÍPIO. SE FOR FIRMADA A PARCERIA ENTRE SPU, CODEM E UFPA, ESTIMA-SE 10.000 TÍTULOS NAS ÁREAS DE TERRA FIRME, GUAMÁ E AS PROXIMIDADES DA UNIVERSIDADE. O ÚLTIMO ANO DE TRABALHO DE PARCERIA COM A SPU DEU A POSSIBILIDADE DE ENTREGA DE 10 MIL TÍTULOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PELO MUNICÍPIO DE BELÉM.

CAROLINA - INCRA - QUANDO CHEGOU NA REUNIÃO, O REPRESENTANTE DA SPU ESTAVA DE SAÍDA. DA REUNIÃO PASSADA, TINHA O COMPROMISSO DE ATUALIZAR SOBRE A SITUAÇÃO DA ILHA DE SASSUNEMA. O INCRA NÃO POSSUI MAIS NENHUMA INGERÊNCIA SOBRE A ÁREA, POIS O PROJETO ANTERIORMENTE CELEBRADO, FOI CANCELADO EM 2012. AS PESSOAS QUE HAVIAM SIDO INSERIDAS NA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS NO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA, FORAM EXCLUÍDAS E VOLTAM AO ESTADO ANTERIOR DE PRETENDENTES AO PROGRAMA.

SOBRE A RELAÇÃO DO INCRA COM A SPU, DESDE O INÍCIO DO ANO ESTÁ-SE TRABALHANDO NO FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO. JÁ EXISTE TERMO DE COOPERAÇÃO FIRMADA ENTRE O INCRA E SPU DESDE 2005 E O FOCO NOS ÚLTIMOS MESES, RESIDE NA REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE VÁRZEA, E PRETENDE DAR INÍCIO NA ILHA DO MARAJÓ PARA REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS QUILOMBOLAS E PROJETO AGROEXTRATIVISTAS, INICIANDO PELO MUNICÍPIO DE SALVATERRA, ONDE TEM O MAIOR NÚMERO

706

DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADOS (16). A CONVERSA É FEITA TANTO EM NÍVEL REGIONAL, QUANTO NACIONAL

PRETENDE NOS PROXIMOS MESES INICIAR OS TRABALHOS DE CAMPO, COM O SERVIÇO DE TOPOGRAFIA E DELIMITAÇÃO DE PERÍMETRO DESSAS ÁREAS.

FECHANDO A DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS QUILOMBOLAS, CONSEGUE EXPANDIR PARA AS ÁREAS DE PROJETOS EXTRATIVISTAS. A EXPECTATIVA É DE AVANÇO MUITO GRANDE

DES JOSE ROBERTO - PARABENIZOU A INICIATIVA DESCRITA PELA REP DO INCRA, PELA SERIEDADE DO PROJETO, E PELO ALCANCE SOCIAL DELE. PEDIU À REPRESENTANTE DO INCRA QUE FORMALIZASSE JUNTO AO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, SOBRE O CANCELAMENTO DO PROJETO RELATIVO A ILHA DE SASSUNEMA.

CAROLINA - INCRA - SIM É POSSIVEL ESSA FORMALIZAÇÃO. MENCIONOU QUE O INCRA ESTÁ COM PROBLEMA NACIONAL DE ACESSO AO SISTEMA, O QUE IMPOSSIBILITOU QUE TROUXESSE PARA A REUNIÃO OS DOCUMENTOS RELATIVOS AO CANCELAMENTO DO PROJETO.

DES JOSE ROBERTO - INFORMOU QUE O SPU JÁ ENCAMINHOU AS NOTAS TECNICAS AO EMAIL DA CORREGEDORIA INFORMADAS RELATIVAS A ILHA DE SASSUNEMA E QUE SERÃO COMPARTILHADAS COM OS PRESENTES.

AO FINAL, O DESEMBARGADOR LEU A TODOS AS DELIBERAÇÕES CONSTANTES ABAIXO.

CLAUDIA - FAMEP - VAI COMPARTILHAR NO CHAT MATERIAL SOBRE A DIFERENÇA ENTRE OS MODOS DE REURB E PEDE QUE SEJA COMPARTILHADA COM O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.

INCRA - O SITE DO SIGEF DO INCRA DISPONIBILIZA RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS A FAZER GEORREFERENCIAMENTO.

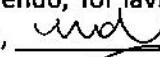
A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 11h30.

APROVADA, PELOS PRESENTES, A ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO.

A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK
<https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand//watch/?v=fea74661dc4481e23b95>

ITENS DE AÇÃO		
TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1) A juntada das Notas Técnicas emitidas pelo Setor de Caracterização de Patrimônio (SECAP) e pelo Serviço de Destinação Patrimonial (SEDEP) da Superintendência de Patrimônio da União (SPU), cujos arquivos digitais foram entregues, nesta data, pelo Superintendente no Estado do Pará e compartilhamento com os presentes.	PAOLA/MONIQUE	10 DIAS
2) Que o Município de Ananindeua apresente informações atualizadas à Superintendência de Patrimônio da União em relação ao plano de trabalho (com memorial descritivo, cadastro das famílias que serão beneficiadas, etc.), especialmente diante do compromisso público do Superintendente de Patrimônio da União de conferir celeridade ao processo correlato à deflagração do processo de destinação, frisando que o pedido formulado em fevereiro de 2023 seria arquivado, a fim de que tramitasse apenas um novo procedimento que aglutinasse todas as informações, documentos e manifestações técnicas.	Município de Ananindeua	IMEDIATO
3) Que a SPU apresente informações quanto ao Projeto SPU Demarcação – que visa demarcar o patrimônio da União no país –, especialmente quanto ao estabelecimento de cronograma de trabalho para que, até novembro de 2024, existam resultados concretos, inclusive quanto à linha de preamar médio de 1831.	SPU	ATÉ A PRÓXIMA REUNIÃO
4) Que a SPU apresente informações sobre a tramitação dos processos PA-00848/2023 PA005472023, de Breu Branco	SPU	PRÓXIMA REUNIÃO
5) Que seja feito o alinhamento institucional entre o CREA, a FAMEP, a SEMAS e o ITERPA quanto aos dados dos profissionais habilitados para atuar em regularização fundiária – que já estão disponíveis no site do Conselho –, especialmente para otimizar a atuação disciplinar do CREAS em caso de irregularidade no exercício de tal atividade.	CREA/FAMEP/SEMAS/ITERPA	IMEDIATO
6) Que a SEMAS informe à ANOREG os parâmetros de interoperabilidade para acesso às matrículas – que envolvem os dados de várias pessoas –, nos termos da LGPD e do	SEMAS	10 DIAS

Provimento do CNJ, a fim de automatizar tal procedimento sistêmico.		
7) Que o ITERPA informe acerca de eventual dificuldade para inserção e disponibilização dos dados de todas as glebas estaduais no SICARF.	ITERPA	PRÓXIMA REUNIÃO
8) que o ITERPA preste informações sobre as 2 demandas formalizadas pelo Município de Breu Branco, nos Processos nº 257/2023-GP e nº 226/GP.	ITERPA	PRÓXIMA REUNIÃO
9) Que seja apresentada plano de trabalho quanto ao projeto da FAMEP de concretizar parcerias para o diagnóstico da gestão fundiária dos municípios quanto aos procedimentos de REURB – exemplificativamente, em relação aos procedimentos técnicos de topografia para regularização fundiária urbana, já tendo alguns municípios, como Parauapebas, manual de fluxo de trabalho que facilita o registro no cartório –, figurando como parceiros iniciais o Governo do Estado do Pará, as Associações de Municípios e a Universidade Federal do Pará (UFPA).	FAMEP	PRÓXIMA REUNIÃO
10) Que sejam encaminhadas as informações sobre as providências adotadas pelo Núcleo de Regularização Fundiária ao Ministério das Cidades, a fim de que este preste informações sobre as ações e iniciativas que poderiam ser implementadas, de forma colaborativa, com os órgãos e instituições envolvidos.	PAOLA/MONIQUE	IMEDIATO
11) Que sejam apresentadas informações sobre a viabilidade de efetivação de Termo de Cooperação entre CODEM e SPU para fins de regularização fundiária, especialmente diante do Termo de Cooperação já firmado entre CODEM e UFPA, no qual foram disponibilizados recursos humanos pela Companhia Municipal.	CODEM/SPU	PRÓXIMA REUNIÃO
12) Que o INCRA apresente informações atualizadas sobre a situação da ilha de Suassunema ao Município de Ananindeua.	INCRA	IMEDIATO
13) Que seja juntado estudo acerca da diferença de procedimentos previstos nas Leis nº 6.766 e nº 13.465, a fim de que seja disponibilizado aos participantes.	CLAUDIA MACEDO	IMEDIATO
14) Que seja registrada a informação do INCRA de que, no SIGEF, há a disponibilização dos nomes dos profissionais credenciados a realizar georreferenciamento e certificação.	TODOS	IMEDIATO

15) Que a CGJ irá analisar e orientar o Município de Ananindeua e o Cartório de Registro de Imóveis de Ananindeua sobre a diferença procedimental em relação a alguns loteamentos.	CGJ	PRÓXIMA REUNIÃO	
16) compartilhar com os presentes, no encaminhamento da ata, o email de contato da spu	PAOLA/MONIQUE	IMEDIATO	
17) entrar em contato com o cnj para verificar o recebimento dos projetos inscritos para o premio	PAOLA/MONIQUE	IMEDIATO	
18) encaminhar notas técnicas sobre georreferenciamento a todos os presentes na reuniao	PAOLA/MONIQUE	IMEDIATO	
data: 25.09.2023	INÍCIO: 9H	FIM: 12H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 – TJPA
<p>Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelo Corregedor-Geral de Justiça. Eu,  Paola Watrin Pimenta Menescal, digitei e subscrevo.</p> <p style="text-align: center;"> Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR Corregedor-Geral de Justiça</p>			